

ESTUDO SOBRE AS **ELEIÇÕES DE 2026**: O **COMPROMETIMENTO DOS CANDIDATOS** A GOVERNADOR COM O **SANEAMENTO**

Setembro de 2026

Equipe

Gesner Oliveira – Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de 1996 a 2000. Presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) de 2007 a 2010. Ph.D. em Economia pela Universidade da Califórnia em Berkeley. Professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV) desde 1990. Professor Visitante da Universidade de Columbia nos EUA em 2006. Sócio Executivo da GO Associados.

Pedro Scazufca – Assistente Executivo da Presidência da Sabesp de 2007 a 2011. Mestre em Ciências no programa de Teoria Econômica do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (IPE-USP). Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Palestrante em cursos de Regulação e Saneamento da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP). Especialista nas áreas de pesquisa econômica, regulação, infraestrutura, saneamento e modelagem econômico-financeira. Sócio Executivo da GO Associados.

Murilo Ferreira Viana – Doutorando e Mestre em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), especialista em finanças públicas, infraestrutura e regulação. Possui experiência em Direito Financeiro, tributação, estimativa de receitas e despesas públicas, contabilidade pública, *valuation*. Coordenador de Estudos Fiscais e Tributários da GO Associados.

Thainá Moscão – Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Experiência em projeções de custos no setor de tecnologia, e atuação na área de Direito Econômico. Atua em projetos de infraestrutura, com ênfase em projetos do setor de saneamento. Consultora Plena na GO Associados.

João Marcelo Costa – Mestre em Ciências Econômicas pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE/FGV). Bacharel em Ciências Econômicas pelo Instituto Brasileiro de Mercados e Capitais (IBMEC-RJ). Atua em projetos de infraestrutura, com ênfase em projetos de saneamento. Consultor Pleno na GO Associados.

Pedro Levy Sayon – Doutorando em Econometria pela Universidade do Colorado em Boulder. Mestre em Ciências no programa de Teoria Econômica pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (IPE-USP). Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Pesquisador com atuação anterior no Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo (NEREUS) e na Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). Consultor Externo da GO Associados

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 1

2. METODOLOGIA 3

2.1. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS 3

2.2. MÉTODO DE AVALIAÇÃO DE PLANOS DE GOVERNO 6

3. RESULTADOS 10

3.1. NACIONAIS 11

3.2. REGIONAIS 14

3.3. ESTADUAIS 16

3.4. POR CANDIDATURA 19

4. CONCLUSÃO 23

REFERÊNCIAS 25

SUMÁRIO DE QUADROS

QUADRO 1: TURNO DE DECISÃO NAS DISPUTAS ESTADUAIS (1994–2022) 4
QUADRO 2: NÚMERO DE CANDIDATOS COMPETITIVOS SELECIONADOS POR ESTADO 6
QUADRO 3: EIXOS E PROPOSTAS RELEVANTES EM SANEAMENTO BÁSICO 7
QUADRO 4: CATEGORIAS DE CLASSIFICAÇÃO POR EIXOS ATENDIDOS 8
QUADRO 5: CLASSIFICAÇÃO DOS PLANOS SEGUNDO A ABORDAGEM DE SANEAMENTO .. 11
QUADRO 6: EIXOS E PROPOSTAS MAIS ABORDADOS 12
QUADRO 7: EIXOS E PROPOSTAS MAIS ABORDADOS 12
QUADRO 8: COMPROMETIMENTO MÉDIO E INDICADORES SINISA, POR REGIÃO 14
QUADRO 9: COMPROMETIMENTO MÉDIO, POR ESTADO 17
QUADRO 10: COMPROMETIMENTO MÉDIO E INDICADORES DO SINISA (2024) 18
QUADRO 11: CLASSIFICAÇÃO DOS PLANOS POR CANDIDATURA E UF 20
QUADRO 12: DISTRIBUIÇÃO DOS PLANOS POR CLASSIFICAÇÃO E REGIÃO 21

1. INTRODUÇÃO

Este documento apresenta a primeira edição do "Estudo sobre as Eleições de 2026: o Comprometimento dos Candidatos a Governador com o Saneamento" (doravante "Estudo"), idealizado e publicado pelo Instituto Trata Brasil. O relatório reúne a descrição da metodologia, desenvolvida com o apoio da GO Associados, e os principais resultados de sua aplicação aos candidatos aos governos estaduais nas Eleições Gerais de 2026.

O principal objetivo deste Estudo é investigar o comprometimento dos candidatos aos governos estaduais com os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana. Em um país como o Brasil, chama atenção que um dos serviços públicos mais essenciais à sobrevivência humana ainda esteja tão distante da universalização. Os indicadores mais recentes do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), referentes a 2024, mostram que 84,1% da população brasileira tinha acesso ao abastecimento de água e 56,7% à coleta de esgotos, enquanto apenas 51,8% da água consumida era convertida em esgoto tratado.

Comparativamente, 99,8% dos domicílios particulares tinham acesso à energia elétrica em 2026, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), e 90,5% da população tinha acesso à internet em 2025, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa discrepância evidencia como o setor de saneamento historicamente recebeu menor prioridade no planejamento público em comparação a obras de maior visibilidade. Este Estudo busca compreender se há uma mudança substancial nessa percepção entre os candidatos.

O Estudo está dividido em quatro seções, incluindo esta Introdução. A Seção 2 detalha a metodologia empregada, da seleção de candidatos à avaliação dos planos de governo. A Seção 3 apresenta os resultados da aplicação dessa metodologia a pouco mais de 60 candidaturas competitivas. A Seção 4 sintetiza as principais conclusões do Estudo. Por fim, cabe frisar que o Estudo não tem como objetivo defender, favorecer ou recomendar qualquer partido ou candidatura. A classificação obtida reflete

exclusivamente o conteúdo dos planos de governo avaliados na perspectiva do saneamento.

2. METODOLOGIA

Como antecipado na Introdução, o objetivo desta seção é apresentar a metodologia do Estudo, dividida em duas subseções: a primeira trata do critério de seleção de candidatos competitivos, e a segunda, da metodologia de avaliação dos planos de governo dos candidatos a governador.

2.1. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS

Figurando entre as maiores democracias do mundo[1], o Brasil apresenta uma combinação de sistema multipartidário pulverizado, em um território continental, com elevado volume de entes federativos. Com 30 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2026 e 27 unidades da federação (UF), o país tem capacidade para acolher 810 candidaturas aos governos estaduais. Naturalmente, coligações ou até mesmo desistências por parte de partidos fazem com que esse número seja muito inferior na prática. Ainda assim, segundo o próprio TSE, as Eleições Gerais de 2026 tiveram registro de 195 candidaturas para os governos dos 26 estados e do Distrito Federal.

Contudo, desses quase 200 candidatos, somente 27 serão efetivamente eleitos. Além disso, desde a instituição do sistema de segundo turno para governadores, em 1994, mais da metade dessas disputas foram decididas já no 1º turno, conforme evidenciado no Quadro 1, o que indica um grau relevante de vantagem competitiva de certas candidaturas já na primeira votação. Como o principal objetivo do Estudo é avaliar o comprometimento das candidaturas com propostas de saneamento, torna-se menos produtivo avaliar todos os candidatos, visto que historicamente a vasta maioria não possui chances reais de vitória.

[1] Considerando-se o número total de eleitores.

QUADRO 1: TURNO DE DECISÃO NAS DISPUTAS ESTADUAIS (1994–2022)

Ano	1º Turno	2º Turno	1º Turno / Total
1994	9	18	33,33%
1998	16	11	59,26%
2002	12	15	44,44%
2006	17	10	62,96%
2010	18	9	66,67%
2014	13	14	48,15%
2018	13	14	48,15%
2022	15	12	55,56%
Total	**113**	**103**	**52,31%**

Fonte: TSE (2026). Elaboração: GO Associados.

Ainda, reduzir o número de candidatos avaliados permite um enfoque mais específico naqueles que de fato têm maior probabilidade de serem eleitos ou de disputar o segundo turno, permitindo atribuir maior responsabilidade pública aos candidatos com base naquilo que se comprometeram em seus respectivos planos de governo. Além disso, a redução no número de candidaturas avaliadas confere maior viabilidade ao trabalho de avaliação dos planos, documentos esses com dezenas, senão centenas de páginas, aumentando a celeridade da condução do Estudo às vésperas do processo eleitoral.

Para cumprir com tal objetivo, o Estudo utilizou o **número efetivo de partidos** como índice de diversidade para a seleção de candidatos competitivos. Essa medida, introduzida por Laakso e Taagepera (1979), gera um número ajustado de partidos políticos no sistema partidário de um país, ponderado pelo tamanho relativo de cada partido. A medida é útil para comparar sistemas partidários entre diferentes países. Os autores foram os primeiros a definir essa medida utilizando a seguinte fórmula:

$$N = \frac{1}{\sum_{i=1}^{n} p_i^2};$$

onde n corresponde ao número de partidos com pelo menos um voto ou assento, e p_i corresponde à proporção de votos ou assentos de cada partido i em relação ao total, elevada ao quadrado e somada para todos os partidos. **Neste Estudo, contudo, como o interesse é a competitividade de um candidato, e não de um partido, a mesma**

fórmula foi adaptada, substituindo-se n pela quantidade total de candidatos em um determinado estado, e p_i pela intenção de votos (proporção) de cada candidato.

Adicionalmente, como N raramente resultará em um número inteiro, fez-se a seguinte adaptação neste Estudo:

$$N^* \coloneqq \lfloor N \rfloor$$

onde $\lfloor \cdot \rfloor$ corresponde à **função piso**, que converte um número real no maior número inteiro menor ou igual a ele. Dessa forma, se $N = 2{,}7$ para algum estado específico, $N^* = 2$, logo, seriam analisados 2 candidatos nesse estado.

Com relação à escolha das pesquisas de intenção de voto, elegeu-se o levantamento realizado pela Quaest por ser o único dos institutos de grande porte com a capilaridade necessária para a geração de dados em quase[2] todos os estados. Já com relação ao recorte temporal, foram utilizadas as primeiras rodadas de pesquisas de intenção de voto para os governos estaduais, divulgadas entre 22 de agosto e 4 de setembro de 2026.

Finalmente, a aplicação dessa metodologia a todos os 26 estados e ao Distrito Federal resultou numa amostra total de 62 candidatos, divididos conforme o Quadro 2.

[2] A Quaest não realizou levantamento no estado do Piauí no período analisado. Para esse estado, utilizou-se a pesquisa do Datafolha, com data de 22 de agosto de 2026.

QUADRO 2: NÚMERO DE CANDIDATOS COMPETITIVOS SELECIONADOS POR ESTADO

UF	Estado	Número de Candidatos
AC	Acre	3
AL	Alagoas	2
AM	Amazonas	3
AP	Amapá	2
BA	Bahia	2
CE	Ceará	2
DF	Distrito Federal	3
ES	Espírito Santo	2
GO	Goiás	2
MA	Maranhão	2
MG	Minas Gerais	3
MS	Mato Grosso do Sul	2
MT	Mato Grosso	3
PA	Pará	2
PB	Paraíba	3
PE	Pernambuco	2
PI	Piauí	2
PR	Paraná	2
RJ	Rio de Janeiro	2
RN	Rio Grande do Norte	3
RO	Rondônia	3
RR	Roraima	2
RS	Rio Grande do Sul	2
SC	Santa Catarina	2
SE	Sergipe	2
SP	São Paulo	2
TO	Tocantins	2
BR	**Brasil**	**62**

Fonte: Laakso e Taagepera (1979); Quaest (2026); Datafolha (2026). Elaboração: GO Associados.

A próxima subseção detalha como cada um desses 62 planos de governo foi avaliado e classificado conforme as diretrizes definidas na plataforma Voto no Saneamento, desenvolvida pelo Instituto Trata Brasil.

2.2. MÉTODO DE AVALIAÇÃO DE PLANOS DE GOVERNO

Uma vez definida a amostra de interesse, é necessária uma metodologia objetiva de avaliação dos planos de governo. Primeiramente, ressalta-se que os planos foram obtidos diretamente através do sítio eletrônico do TSE. Além disso, adotou-se como

recorte temporal o dia **15 de setembro de 2026**, de modo a viabilizar o desenvolvimento do presente Estudo em tempo hábil para divulgação antes do primeiro turno das eleições doscandidatos aos governos estaduais. Cabe ressaltar que, na data do levantamento, algumas propostas constavam como versões preliminares na plataforma oficial. Assim, eventuais alterações ou atualizações realizadas após essa data não estarão refletidas nos resultados apresentados na Seção 3.

Com relação ao critério de avaliação dos planos, foram escolhidos os eixos e propostas relevantes presentes no Quadro 3.

QUADRO 3: EIXOS E PROPOSTAS RELEVANTES EM SANEAMENTO BÁSICO

Eixo	Título	Propostas
Eixo I	Planejar, regionalizar e coordenar para a universalização	**Proposta I:** Avançar na regionalização do saneamento para integrar municípios e viabilizar investimentos. **Proposta II:** Planejar a universalização com metas regionais, prioridades de investimento e inclusão de áreas rurais e informais.
Eixo II	Viabilizar investimentos e superar gargalos para a universalização	**Proposta I:** Viabilizar o acesso efetivo das famílias de baixa renda às redes de água e esgoto, com foco em conexão, tarifa social e inclusão de territórios urbanos vulneráveis. **Proposta II:** Apoiar o saneamento rural e o atendimento de comunidades isoladas com soluções adequadas, sustentáveis e adaptadas à realidade local. **Proposta III:** Mobilizar instrumentos estaduais de apoio e financiamento para acelerar a universalização e destravar investimentos prioritários.
Eixo III	Governança e regulação do saneamento básico	**Proposta I:** Fortalecer institucionalmente a agência reguladora estadual. **Proposta II:** Estruturar e incentivar a regulação dos serviços de drenagem urbana. **Proposta III:** Estruturar e integrar a governança de dados e informações do saneamento.
Eixo IV	Metas tangíveis	**N/A**

Fonte: Plataforma Voto no Saneamento (Instituto Trata Brasil, 2026). Elaboração: GO Associados.

A partir disso, verificou-se se os planos dos candidatos atendiam a cada uma dessas nove propostas. Com relação ao "Eixo IV - Metas Tangíveis"[3], foi avaliado se os candidatos se comprometiam com metas objetivas, estruturais e verificáveis ao final do mandato. Na sequência, os planos foram classificados em quatro categorias distintas, a depender do número de eixos atendidos, conforme o descritivo apresentado no Quadro 4. Cabe notar que, para que um eixo seja considerado atendido, basta que uma única proposta desse eixo seja abordada no plano. Ou seja, o critério é permissivo na medida em que permite a atribuição de "nota máxima" a planos que tenham atendido a somente quatro das nove propostas, desde que cada uma esteja contemplada em cada um dos quatro eixos definidos.

QUADRO 4: CATEGORIAS DE CLASSIFICAÇÃO POR EIXOS ATENDIDOS

Abordagem	Cor	Critério de Classificação
1. Ausente	**Vermelho**	Não menciona o tema de saneamento em nenhum trecho da proposta.
2. Superficial	**Laranja**	Desenvolve apenas um dos quatro eixos com profundidade suficiente para ser considerado atendido, sem estender essa abordagem aos demais eixos.
3. Transversal	**Amarelo**	Desenvolve dois ou três dos quatro eixos (os três temáticos e/ou a meta tangível), sem alcançar a cobertura simultânea dos quatro.
4. Abrangente	**Verde**	Desenvolve todos os eixos, incluindo comprometimento com metas tangíveis.

Elaboração: GO Associados.

Uma vez classificados os planos, essas informações foram cruzadas com os principais indicadores de saneamento básico dos respectivos estados, extraídos da última edição do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico (SINISA),

[3] Uma meta quantitativa expressa um valor numérico ou percentual a ser atingido (ex.: “90% de cobertura de esgotamento sanitário”, ou “universalização até 2030”, ou ainda “R$ 5 bilhões investidos”). Já uma meta tangível refere-se a um compromisso objetivamente verificável ao final do mandato, i.e., uma entrega concreta e nomeada (ex.: "construir a ETA Sabino"), independentemente de haver um número associado. Toda meta quantitativa satisfaz também o critério de meta tangível, mas a recíproca não é verdadeira.

referentes ao ano de 2024. A saber, foram utilizados o atendimento da população total com rede de abastecimento de água (IAG0001), o atendimento da população total com rede coletora de esgoto (IES0001), o esgoto tratado referido à água consumida (IES2003) e os investimentos por habitante.

Por fim, é necessário fazer uma ressalva importante com relação a esta etapa metodológica: as avaliações descritas nesta subseção restringem-se única e exclusivamente aos planos de governo. O principal objetivo deste Estudo é desenvolver uma ferramenta de avaliação do comprometimento dos candidatos competitivos com pautas consideradas relevantes. Não faz parte do trabalho avaliar a probabilidade de realização dos compromissos assumidos nos planos ou até mesmo averiguar, *a posteriori*, se tais compromissos foram efetivamente executados. Desse modo, é perfeitamente possível que candidatos se comprometam com pautas que nunca venham a cumprir, ou vice-versa, avaliações essas que fogem ao presente escopo.

Como antecipado na Introdução, a próxima seção apresenta os resultados da aplicação da metodologia aqui descrita.

3. RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados da aplicação da metodologia descrita na Seção 2 aos 62 planos de governo avaliados. Mais do que classificar documentos, o objetivo é identificar em que medida os candidatos competitivos aos governos estaduais incorporaram, em seus programas, compromissos com a agenda de saneamento básico, com foco em abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana.

A leitura dos resultados permite observar três dimensões principais:

- ✓ **Presença do tema:** avalia se o tema saneamento aparece ou não como parte da agenda programática dos candidatos;
- ✓ **Profundidade da abordagem:** mensura a aderência dos planos aos eixos e propostas definidos na metodologia; e
- ✓ **Aderência ao déficit local:** analisa a relação entre o comprometimento manifesto nos planos e a realidade do déficit de saneamento enfrentado pela população em cada recorte territorial.

É importante reforçar que este Estudo **não tem como objetivo defender, favorecer ou recomendar qualquer partido ou candidatura**. A avaliação se limita ao **conteúdo dos planos de governo e ao grau de comprometimento com a agenda de saneamento básico,** observando os grandes eixos e propostas definidos na metodologia. **A classificação,** portanto, **não expressa juízo político, ideológico ou eleitoral sobre os candidatos avaliados**, mas apenas a **aderência dos respectivos planos** às dimensões consideradas relevantes para o **avanço do abastecimento de água, do esgotamento sanitário e da drenagem urbana.**

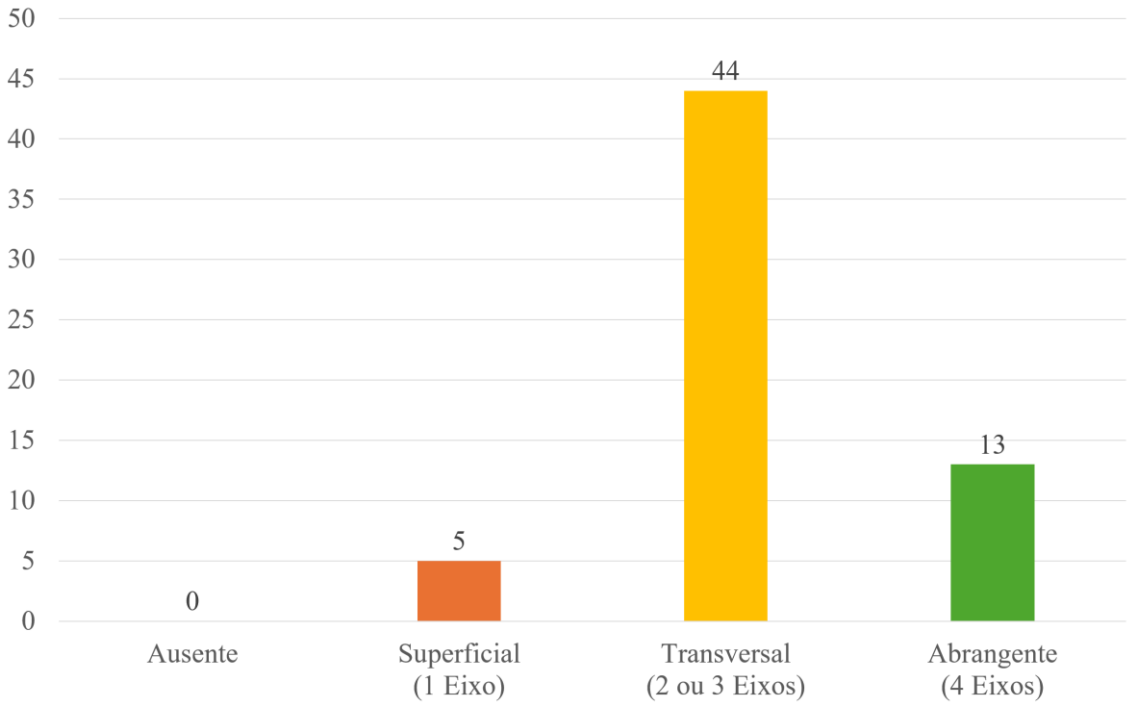
Os resultados são organizados em quatro subseções, dispostas em ordem decrescente de abrangência geográfica. A Subseção 3.1 apresenta o panorama nacional da avaliação, a Subseção 3.2, os resultados agregados por região, enquanto a Subseção 3.3 apresenta os resultados por estado. Em cada uma dessas três subseções, a distribuição das classificações obtidas pelos candidatos é apresentada em diálogo com os principais indicadores de saneamento básico do SINISA relativos ao respectivo recorte geográfico.

Por fim, a Subseção 3.4 apresenta a distribuição das classificações por candidatura e UF, sem identificação nominal dos candidatos.

3.1. NACIONAIS

Dos 62 planos de governo avaliados, 5 tiveram a abordagem classificada como superficial, por abordar somente um dos eixos; 44 (mais de 70% da amostra) tiveram abordagem classificada como transversal, sendo que 15 abordaram somente dois eixos, enquanto 29 abordaram três eixos, e 13 tiveram abordagem classificada como abrangente, por abordarem todos os quatro eixos. Esses resultados são apresentados no Quadro 5.

QUADRO 5: CLASSIFICAÇÃO DOS PLANOS SEGUNDO A ABORDAGEM DE SANEAMENTO



Fonte: TSE (2026). Elaboração: GO Associados.

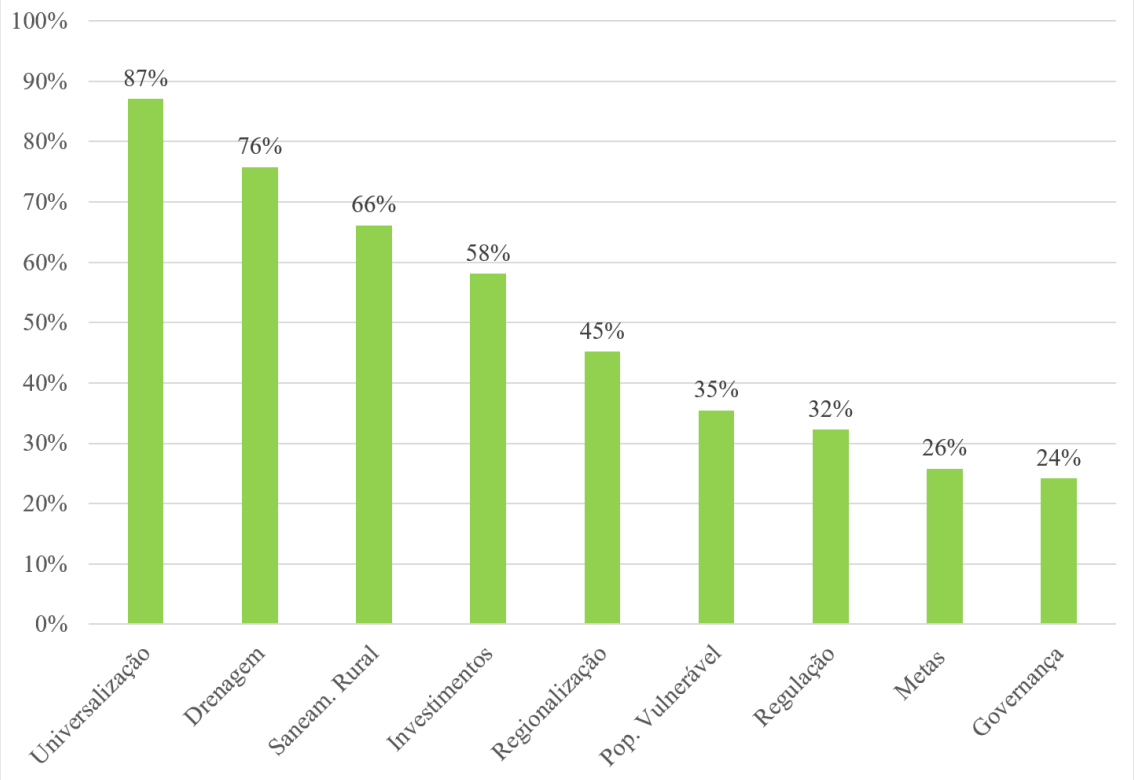
Além disso, a amostra abordou, em média aritmética simples, cerca de 2,81 dos quatro eixos considerados, indicando comprometimento transversal por parte do candidato médio. A seguir, o Quadro 6 e o Quadro 7 apresentam quais foram as propostas mais abordadas nos planos avaliados.

QUADRO 6: EIXOS E PROPOSTAS MAIS ABORDADOS

Eixo	Proposta	Palavra(s)-Chave	Menções	Percentual
I	I	Regionalização	28	45%
	II	Universalização	54	87%
II	I	Populações Vulneráveis	22	35%
	II	Saneamento Rural	41	66%
	III	Investimentos	36	58%
III	I	Regulação	20	32%
	II	Drenagem	47	76%
	III	Governança	15	24%
IV	IV	Metas	16	26%

Fonte: TSE (2026). Elaboração: GO Associados.

QUADRO 7: EIXOS E PROPOSTAS MAIS ABORDADOS



Fonte: TSE (2026). Elaboração: GO Associados.

Primeiramente, ressalta-se que as propostas foram reduzidas a palavras-chave para facilitar a visualização da tabela, mas recomenda-se a leitura completa dos eixos e propostas no Quadro 3, e seu maior detalhamento apresentado na plataforma Voto no Saneamento, desenvolvida pelo Instituto Trata Brasil. A proposta mais abordada foi a de universalização, com 54 (87%) dos 62 planos mencionando-a, o que é um resultado esperado, visto que as metas têm limite legal previsto para 2033, prazo que se concretizará

no próximo ciclo eleitoral. Na sequência, a segunda proposta mais mencionada foi a relativa à drenagem, com 47 (76%) dos 62 planos mencionando-a, o que também não é um resultado surpreendente, visto que o país enfrentou diversas tragédias recentes relacionadas à ausência de obras de drenagem urbana e a políticas inadequadas de resposta a eventos climáticos extremos. Cabe notar que boa parte dos planos aborda a drenagem fora de seções dedicadas ao saneamento básico, frequentemente em capítulos de infraestrutura, mobilidade ou meio ambiente.

Por outro lado, as propostas com menos menções foram as de governança de dados e informações de saneamento básico e de metas tangíveis, aparecendo em 15 (24%) e 16 (26%) dos planos de governo, respectivamente. Este último resultado era esperado, visto que um comprometimento com propostas concretas envolve um nível de aprofundamento no tema que poucos candidatos estão dispostos a despender. Já o primeiro, de governança de dados, é revelador do desafio de transformar intenções em estratégia efetiva de execução. Embora a governança não produza, por si só, nenhum resultado concreto, ela embasa praticamente todas as demais propostas. Todo comprometimento com uma política pública começa com o diagnóstico da questão, o que passa necessariamente por coleta de dados, gestão da informação e acompanhamento de indicadores relevantes.

De forma sintética, o retrato nacional do estudo mostra um avanço importante, mas ainda incompleto. O saneamento básico aparece em todos os planos avaliados. A presença do assunto, porém, não significa necessariamente compromisso estruturado. Em conjunto, os resultados permitem destacar três características principais da abordagem do saneamento nos planos de governo analisados:

- ✓ **Abordagem transversal:** a maior parte dos planos trata a agenda de forma transversal, abordando dois ou três dos quatro eixos analisados.
- ✓ **Classificação abrangente:** apenas 13 candidatos, ou 21%, alcançam a classificação atingindo os quatro eixos analisados.

- ✓ **Retrato nacional:** a pauta entrou no debate eleitoral, mas ainda precisa ganhar maior profundidade, metas verificáveis e instrumentos de acompanhamento.

Tendo apresentado o panorama nacional da avaliação, a subseção seguinte desagrega esses resultados por região, permitindo identificar se o padrão de comprometimento e as propostas mais e menos abordadas se repetem de forma homogênea pelo território nacional ou se existem diferenças regionais relevantes.

3.2. REGIONAIS

Nesta subseção, os resultados da avaliação são desagregados por macrorregião, permitindo identificar se o padrão nacional descrito na Subseção 3.1 se sustenta de forma homogênea pelo território ou se há variação relevante entre regiões. Aplicando a mesma lógica de agregação por média simples descrita na Seção 2, o Quadro 8 contrasta o nível médio de comprometimento dos planos de governo entre as cinco macrorregiões brasileiras, com os respectivos indicadores do SINISA (2024): atendimento de água (IAG0001), coleta de esgoto (IES0001), tratamento de esgoto (IES2003) e investimento por habitante.

QUADRO 8: COMPROMETIMENTO MÉDIO E INDICADORES SINISA, POR REGIÃO

Região	Média Simples	Atendimento Total de Água IAG0001 (%)	Atendimento Total de Esgoto IES0001 (%)	Tratamento Total de Esgoto IES2003 (%)	Investimento por Habitante
Nordeste	2,95	73,70	35,90	34,63	R$ 73,57
Sul	2,83	88,32	57,72	46,56	R$ 122,50
Sudeste	2,78	92,11	81,94	62,33	R$ 129,38
Norte	2,71	62,81	24,65	22,49	R$ 56,31
Centro-Oeste	2,70	89,71	68,31	54,74	R$ 116,56

Fonte: SINISA (2024), TSE (2026). Elaboração: GO Associados.

A partir dos resultados observados, que o comprometimento dos candidatos competitivos com o saneamento não acompanha a situação real do setor em cada macrorregião, o que impede a identificação de um padrão regional simples. Em primeiro

lugar, a região Nordeste apresenta o maior comprometimento médio nacional (2,95), a despeito de apresentar os segundos piores indicadores do SINISA. A região Sudeste, que apresenta os melhores patamares nos indicadores citados, ocupa a terceira posição em comprometimento médio dos candidatos (2,78). Por outro lado, a região Norte, que apresenta os piores indicadores de saneamento apresentados, aparece como a penúltima média em comprometimento (2,71). Por fim, o Centro-Oeste acentua esse descolamento, sendo o detentor da segunda melhor posição para a cobertura de água, coleta e tratamento de esgoto do país, ao mesmo tempo que registra a menor média entre as cinco regiões (2,70).

Cabe, contudo, uma ressalva importante quanto à robustez dessas observações. Com apenas cinco unidades de análise, uma por macrorregião, qualquer padrão identificado nesta escala geográfica tem natureza essencialmente exploratória, uma vez que o tamanho da amostra é insuficiente para qualquer teste estatístico de significância e os achados aqui descritos não podem ser generalizados, nem tratados como evidência causal. O valor desta análise está nas hipóteses que ela sugere para investigação futura, inclusive em ciclos eleitorais posteriores, com o acúmulo de mais observações, não na comprovação de relações estatisticamente validadas.

A análise regional permite destacar os seguintes pontos principais:

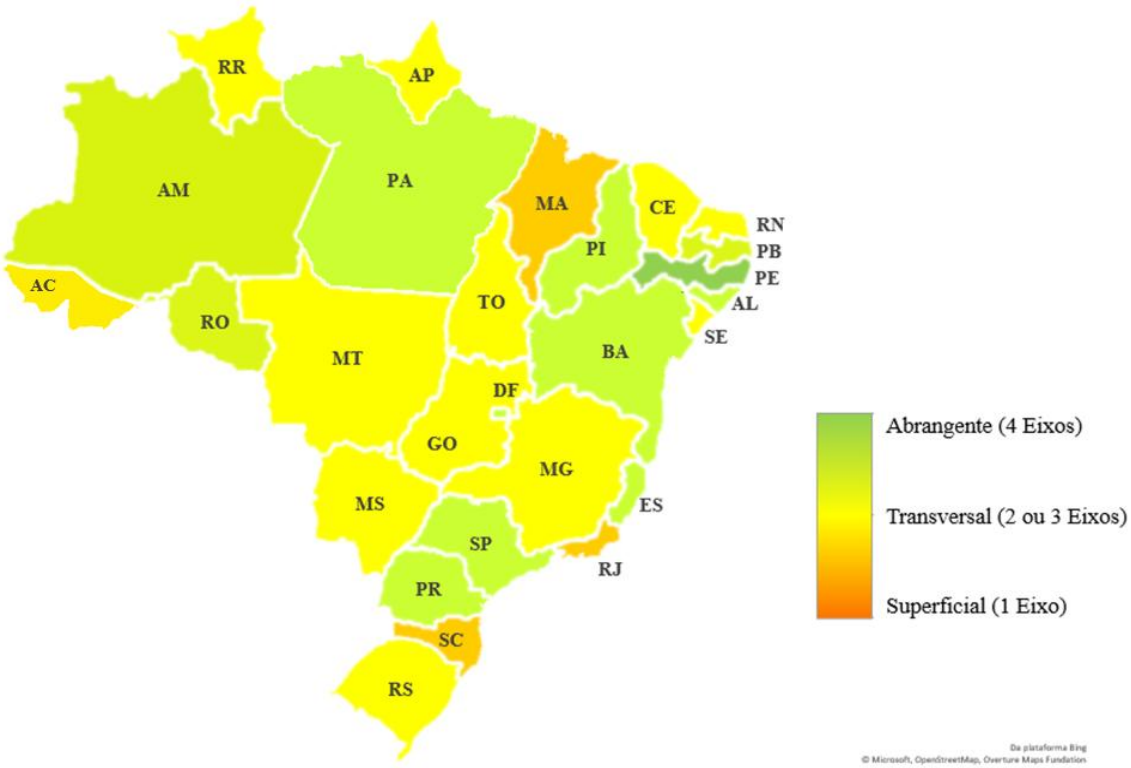
- ✓ **Heterogeneidade regional não possui um padrão simples**: o comprometimento com o saneamento não se distribui de forma homogênea pelo país, mas também não segue um padrão regional único ou direto.
- ✓ **Descolamento do déficit regional:** não há evidência clara de que regiões com maiores déficits apresentem planos mais robustos, nem de que regiões com melhores indicadores deixem o tema em segundo plano.
- ✓ **Centralidade do debate:** o resultado sugere que a agenda de saneamento depende menos da localização geográfica, isoladamente considerada, e mais da forma como cada disputa eleitoral e cada candidatura incorporam o tema em seus programas.

Tendo explorado o comprometimento com o saneamento na escala regional, e a relação, ainda que circunstancial, entre esse comprometimento e o estado real da infraestrutura de cada região, a subseção seguinte aprofunda essa análise para o nível estadual. Ao desagregar os dados para as 27 UF, a amostra de análise deixa de ser de apenas cinco observações e passa a contar com uma base mais robusta para eventuais correlações, permitindo verificar se os padrões aqui identificados persistem, se atenuam ou se revelam mais nítidos quando examinados em maior granularidade geográfica.

3.3. ESTADUAIS

Esta subseção desagrega os resultados da avaliação para o nível estadual, a escala de maior granularidade geográfica considerada neste Estudo. O mapa presente no Quadro 9 apresenta a classificação média para cada uma das 27 UF, permitindo uma leitura visual imediata da distribuição espacial do comprometimento dos candidatos competitivos com o saneamento, inclusive de eventuais agrupamentos regionais que a Subseção 3.2 não captura por trabalhar com apenas cinco observações.

QUADRO 9: COMPROMETIMENTO MÉDIO, POR ESTADO



Fonte: TSE (2026). Elaboração: GO Associados.

À primeira vista, também não se observa padrão regional claro na classificação dos planos de governo. Há alguma concentração de classificações mais elevadas nos estados do Nordeste e do Sudeste, com destaque para Pernambuco, Piauí, São Paulo e Espírito Santo. Como destaque, Pernambuco o único caso no qual um estado teve nota máxima, uma vez que ambos os planos avaliados apresentaram abordagem classificada como abrangente.

De forma complementar, o Quadro 10, ordenado pelo comprometimento médio de cada UF, cruza essa classificação com os mesmos indicadores do SINISA utilizados na subseção anterior. Diferentemente do recorte regional, o recorte estadual oferece maior número de observações para a análise das associações entre as variáveis.

QUADRO 10: COMPROMETIMENTO MÉDIO E INDICADORES DO SINISA (2024)

UF	Comprometimento Médio	Atendimento Total de Água IAG0001 (%)	Atendimento Total de Esgoto IES0001 (%)	Tratamento Total de Esgoto IES2003 (%)	Investimento Médio por Habitante
PE	4,00	71,56	29,35	28,35	R$ 77,84
BA	3,50	83,40	43,99	46,99	R$ 77,22
ES	3,50	78,12	57,11	46,08	R$ 164,42
PI	3,50	92,33	54,23	16,83	R$ 60,53
PR	3,50	89,49	77,51	77,56	R$ 142,39
SP	3,50	97,36	93,28	72,86	R$ 150,66
AL	3,50	73,27	22,32	47,32	R$ 87,44
DF	3,33	97,45	91,77	81,26	R$ 89,99
RO	3,33	53,51	13,28	17,42	R$ 68,62
PA	3,00	51,56	19,11	17,45	R$ 32,90
PB	3,00	59,45	38,61	40,46	R$ 74,05
RS	3,00	86,17	47,78	25,39	R$ 109,03
SE	3,00	93,74	51,63	37,67	R$ 77,55
TO	3,00	84,23	37,02	35,33	R$ 157,09
AM	2,67	81,28	32,26	13,10	R$ 69,31
MT	2,67	86,67	53,09	28,52	R$ 123,53
RN	2,67	76,38	31,41	35,02	R$ 70,22
AP	2,50	71,29	9,29	15,72	R$ 82,50
GO	2,50	88,83	66,32	62,31	R$ 109,93
AC	2,33	44,27	11,04	25,06	R$ 14,95
MG	2,33	83,53	78,43	47,08	R$ 83,96
CE	2,00	72,17	32,60	32,75	R$ 94,54
MS	2,00	87,84	63,65	45,64	R$ 151,45
RR	2,00	76,92	64,41	90,62	R$ 31,45
RJ	2,00	92,04	61,47	51,18	R$ 120,43
SC	2,00	89,56	35,89	31,82	R$ 112,11
MA	1,50	53,68	27,39	12,24	R$ 32,37

Fonte: SINISA (2024); TSE (2026). Elaboração: GO Associados.

Diferentemente da escala regional, a base para os 27 estados permite calcular a correlação entre a classificação obtida pelos candidatos e os indicadores do SINISA com maior confiança estatística. Ainda assim, a leitura do quadro mostra que estados com comprometimento médio semelhante apresentam realidades de saneamento muito distintas. Um exemplo é o contraste entre o Distrito Federal e Rondônia, que compartilham a mesma média (3,33), mas apresentam resultados muito diferentes nos indicadores do SINISA. Pernambuco, por sua vez, é o único estado com média máxima (4,00), embora colete e trate menos de 30% do esgoto. Da mesma forma, os piores

indicadores do quadro não se concentram entre os estados com as menores médias: o Acre, com o menor atendimento de água (44,27%) e o menor investimento por habitante (R$ 14,95), e o Amapá, com a menor coleta de esgoto (9,29%), aparecem em posições intermediárias, com médias de 2,33 e 2,50, respectivamente.

Em outras palavras, **não há evidência de que os candidatos direcionem maior comprometimento com o saneamento em função da gravidade do déficit local, nem no sentido de priorizar os estados com pior infraestrutura, nem no de negligenciar aqueles já mais avançados**, em sintonia com a tendência vista na subseção anterior. Esse resultado é consistente com a hipótese, apresentada na Introdução deste Estudo, de que o saneamento básico permanece uma pauta parcialmente desacoplada das disparidades regionais de acesso, figurando nas agendas eleitorais como uma pauta de menor apelo direto, independentemente da gravidade da infraestrutura local.

Apesar disso, no panorama das corridas eleitorais aos governos estaduais, observam-se candidatos com alto comprometimento com a pauta do saneamento básico. Ao todo, **13 dos 62 planos considerados receberam a classificação máxima "abrangente".** A subseção seguinte apresenta a distribuição das classificações por candidatura e UF, com atenção aos planos classificados como abrangentes.

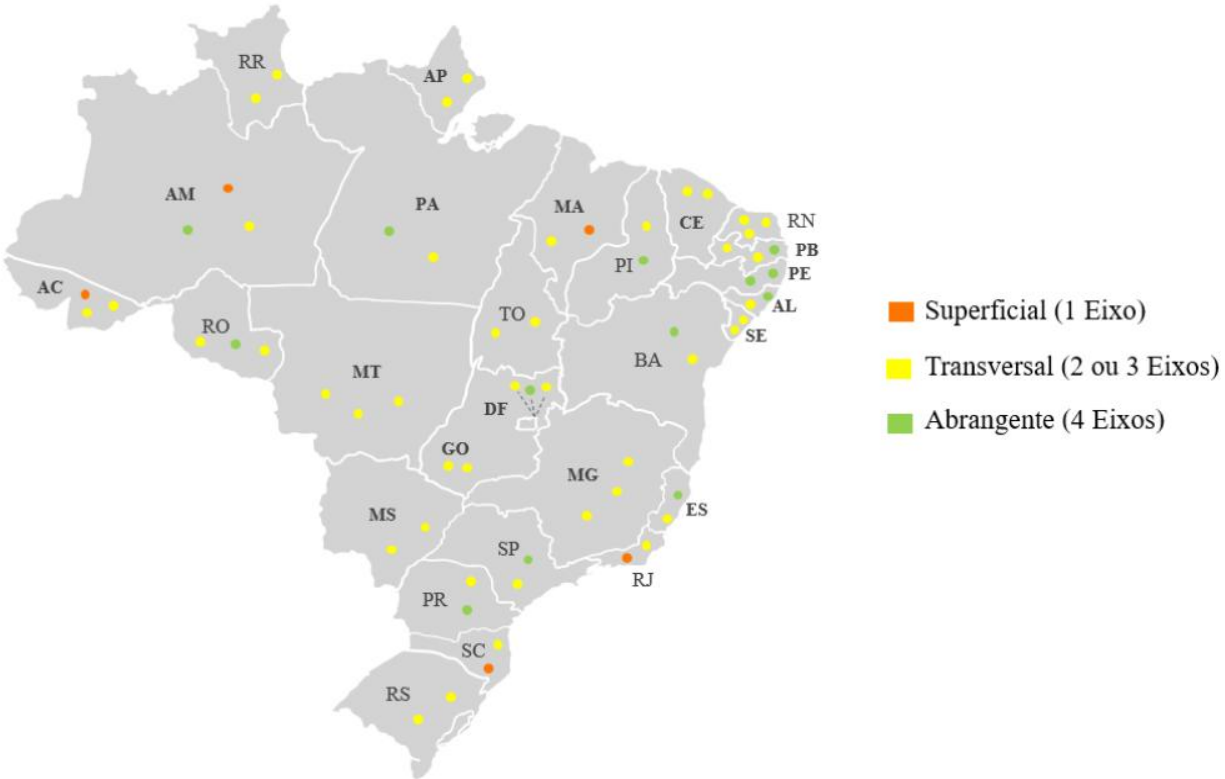
3.4. POR CANDIDATURA

Esta subseção apresenta a distribuição, por candidatura e UF, das classificações atribuídas aos planos de governo dos 62 candidatos selecionados para o Estudo. Desse total, 13, equivalentes a 21% da amostra, apresentaram planos classificados como abrangentes. Essa classificação significa que o documento teve ao menos uma proposta considerada atendida em cada um dos três eixos temáticos da metodologia e incluiu pelo menos uma meta tangível relacionada ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário ou à drenagem urbana. A categoria indica, portanto, a cobertura dos quatro eixos avaliados, sem significar que o plano tenha contemplado integralmente todas as propostas do Estudo.

O Quadro 11 apresenta a distribuição das classificações nas 27 UF. Cada ponto representa uma candidatura selecionada, enquanto sua cor indica a classificação atribuída ao respectivo plano. Optou-se por não identificar nominalmente os candidatos, uma vez que o objetivo do Estudo é avaliar a presença do saneamento nos programas eleitorais, sem recomendar o voto. A neutralidade da avaliação decorre da aplicação uniforme dos critérios definidos na Seção 2, independentemente de partido, posição política ou desempenho nas pesquisas eleitorais.

Conforme já destacado, a classificação considera exclusivamente o conteúdo dos planos de governo disponíveis até 15 de setembro de 2026 e não contempla eventuais atualizações posteriores. Também não avalia a viabilidade financeira das propostas, a capacidade de execução dos candidatos, seu histórico administrativo ou a probabilidade de cumprimento dos compromissos apresentados.

QUADRO 11: CLASSIFICAÇÃO DOS PLANOS POR CANDIDATURA E UF



(*) Cada ponto representa uma candidatura
Fonte: TSE (2026). Elaboração: GO Associados.

Os 13 planos classificados como abrangentes estão distribuídos por 12 estados. Pernambuco é a única UF em que os dois planos incluídos na amostra receberam essa classificação máxima. O resultado mostra que a cobertura dos quatro eixos, embora ainda minoritária no conjunto nacional, não está restrita a uma única disputa estadual ou região do país.

O Nordeste reúne o maior número de planos abrangentes, com seis casos entre as 20 candidaturas selecionadas na região, equivalentes a 30%. Em seguida aparecem o Sudeste, com dois casos entre nove candidaturas, ou 22%. A região Norte apresenta três entre 17, ou 18%, o Sul, com um entre seis, ou 17%; e o Centro-Oeste, com um entre dez, ou 10%. Essas diferenças são descritivas e devem ser interpretadas com a devida cautela, por abranger apenas as candidaturas consideradas competitivas eleitoralmente.

QUADRO 12: DISTRIBUIÇÃO DOS PLANOS POR CLASSIFICAÇÃO E REGIÃO

Região	Abrangente (%)	Transversal (%)	Superficial (%)	Total de Candidaturas Competitivas
Nordeste	30%	65%	5%	20
Sul	17%	67%	17%	6
Sudeste	22%	67%	11%	9
Norte	18%	71%	12%	17
Centro-Oeste	10%	90%	0%	10

Fonte: TSE (2026). Elaboração: GO Associados.

Além da distribuição regional, a análise dos planos permite identificar alguns padrões relacionados ao perfil das candidaturas e à relação entre o grau de comprometimento com o saneamento e a situação dos serviços nos estados. Três resultados merecem destaque:

- ✓ **Efeito reeleição:** entre os 9 governadores em exercício que buscam a recondução, 4 apresentaram planos classificados como abrangentes (44%). Entre as demais 53 candidaturas, 8 alcançaram essa classificação (15%). Assim, na amostra analisada, a proporção de planos abrangentes é quase três vezes maior entre os candidatos à reeleição;
- ✓ **Relação com indicadores estaduais:** a classificação dos planos não apresenta correlação estatisticamente significativa com os indicadores de

saneamento dos estados analisados. Em outras palavras, estados com maiores déficits de atendimento não apresentam, de forma sistemática, candidaturas com planos mais abrangentes, em linha com os resultados apresentados nas subseções anteriores; e

- ✓ **Presença geral e limitações da análise:** os planos classificados como abrangentes estão presentes em todas as regiões do país e em contextos distintos de saneamento, mas permanecem minoritários, representando 21% das candidaturas competitivas analisadas. Os resultados devem ser interpretados considerando o recorte adotado pelo estudo, que contempla apenas as candidaturas consideradas competitivas eleitoralmente.

Em síntese, os planos abrangentes aparecem em diferentes regiões, contextos eleitorais e realidades de saneamento, mas ainda representam pouco mais de um quinto das candidaturas competitivas analisadas.

4. CONCLUSÃO

Este Estudo avaliou o comprometimento de 62 candidatos competitivos aos governos estaduais nas Eleições Gerais de 2026 com a agenda de saneamento básico, a partir de uma estrutura comum de eixos e propostas. Os resultados revelam um quadro de ampla presença do tema, mas de profundidade ainda desigual: 44 planos (71%) apresentaram abordagem transversal, contemplando dois ou três dos quatro eixos considerados; 13 (21%) foram classificados como abrangentes, contemplando os quatro eixos avaliados, inclusive o compromisso com ao menos uma meta tangível; e cinco (8%) apresentaram abordagem superficial.

A universalização foi a proposta mais presente nos documentos, abordada por 54 dos 62 planos (87%), resultado coerente com a centralidade das metas legais estabelecidas para 2033, horizonte que alcança o próximo ciclo de governos estaduais, seguida pela drenagem, presente em 47 (76%). No outro extremo, governança de dados e informações apareceu em 15 planos (24%), e metas tangíveis, em 16 (26%). Isso indica que, embora a incorporação do saneamento aos programas eleitorais seja ampla, os elementos associados ao acompanhamento da política pública e à verificação objetiva dos compromissos assumidos ainda aparecem com menor frequência.

O achado mais relevante do Estudo, contudo, é que não foi encontrada relação estatisticamente significativa entre o comprometimento dos planos de governo e a gravidade do déficit de saneamento nos estados, medida pelos indicadores do SINISA (2024): estados com pior cobertura de água e esgoto não recebem, em média, planos mais desenvolvidos sobre o tema, tampouco os mais avançados negligenciam a pauta com maior frequência. Esse resultado é consistente com a hipótese, levantada na Introdução, de que o saneamento básico segue sendo tratado como uma política de baixa visibilidade, uma "indústria invisível" cujo tratamento nos planos parece refletir mais a peculiaridade de cada candidato do que uma resposta sistemática à necessidade objetiva da população. O comprometimento com o tema tampouco parece ser bandeira de um espectro político específico, mas uma escolha disponível, e ainda pouco exercida, a candidatos de qualquer orientação.

Os 13 planos classificados como abrangentes estão distribuídos por diferentes regiões e realidades de saneamento, reforçando que esse nível de cobertura da agenda não se concentra em uma única parte do país. Ainda assim, eles correspondem a pouco mais de um quinto das candidaturas competitivas analisadas. Esse resultado deve ser interpretado à luz do recorte adotado pelo Estudo e da própria natureza da classificação, que considera exclusivamente os compromissos formalizados nos planos de governo.

Para além dos resultados substantivos, este exercício, possivelmente um dos primeiros desta natureza, deixa lições metodológicas relevantes para estudos semelhantes. A metodologia desenvolvida mostrou-se produtiva para viabilizar a leitura de milhares de páginas de planos de governo em tempo hábil, mas exigiu vigilância constante: divergências de critério entre avaliações, sobretudo em propostas que admitem leituras mais ou menos rigorosas, como a fronteira entre "executar" e "regular" um serviço, só foram identificadas e corrigidas graças a uma revisão criteriosa, não como subproduto automático do processo.

Se há uma mensagem central que este Estudo deixa para o próximo ciclo eleitoral, é a de que o comprometimento com o saneamento básico não é uma função do tamanho do problema, mas uma escolha de cada candidato, e escolhas podem ser cobradas. Enquanto o saneamento permanecer com baixa visibilidade nas urnas, ele continuará invisível também nas torneiras, nas redes de esgoto e nas vidas de milhões de brasileiros que ainda esperam por ele.

Por fim, destaca-se que a classificação apresentada não constitui recomendação eleitoral nem avaliação da qualidade geral das candidaturas, tampouco permite antecipar a viabilidade das propostas ou seu efetivo cumprimento durante o mandato. A principal contribuição do Estudo é tornar comparável e verificável o espaço dedicado ao saneamento nos programas dos candidatos, oferecendo uma referência para que sociedade civil, imprensa e demais interessados possam acompanhar, ao longo do ciclo eleitoral e dos próximos mandatos, os compromissos formalmente assumidos para o setor.

REFERÊNCIAS

DATAFOLHA. *Pesquisa de intenção de voto para o governo do Piauí* — 2026. Relatório de pesquisa divulgado em 22 ago. 2026. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2026/pesquisa-eleitoral-2026/datafolha-governador-senador-piaui-agosto-2026/. Acesso em: 9 set. 2026.

INSTITUTO TRATA BRASIL. *Produto 1: eixos e propostas para avaliação de saneamento básico nos planos de governo*. São Paulo: Instituto Trata Brasil, 2026. Disponível em: https://votonosaneamento.tratabrasil.org.br/. Acesso em: 12 set. 2026.

LAAKSO, Markku; TAAGEPERA, Rein. "Effective" number of parties: a measure with application to West Europe. **Comparative political studies**, v. 12, n. 1, p. 3-27, 1979.

QUAEST CONSULTORIA E PESQUISA. *Pesquisa de intenção de voto para o governo do Acre* — 2026. Relatório de pesquisa divulgado em 27 ago. 2026. Disponível em: https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/08/QUAEST1AC2708.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.

QUAEST CONSULTORIA E PESQUISA. *Pesquisa de intenção de voto para o governo de Alagoas* — 2026. Relatório de pesquisa divulgado em 24 ago. 2026. Disponível em: https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/08/QUAEST1AL2408.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.

QUAEST CONSULTORIA E PESQUISA. *Pesquisa de intenção de voto para o governo do Amapá* — 2026. Relatório de pesquisa divulgado em 25 ago. 2026. Disponível em: https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/08/QUAEST1AP2508.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.

QUAEST CONSULTORIA E PESQUISA. *Pesquisa de intenção de voto para o governo do Amazonas* — 2026. Relatório de pesquisa divulgado em 25 ago. 2026. Disponível em: https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/08/QUAEST1AM2508.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.

QUAEST CONSULTORIA E PESQUISA. *Pesquisa de intenção de voto para o governo da Bahia* — 2026. Relatório de pesquisa divulgado em 27 ago. 2026. Disponível em: https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/08/QUAEST1BA2708.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.

QUAEST CONSULTORIA E PESQUISA. *Pesquisa de intenção de voto para o governo do Ceará* — 2026. Relatório de pesquisa divulgado em 4 set. 2026. Disponível em: https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/09/QUAEST1CE0409.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.

QUAEST CONSULTORIA E PESQUISA. *Pesquisa de intenção de voto para o governo do Distrito Federal* — 2026. Relatório de pesquisa divulgado em 25 ago. 2026. Disponível em: https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/08/QUAEST1DF2508.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.

QUAEST CONSULTORIA E PESQUISA. *Pesquisa de intenção de voto para o governo do Espírito Santo* — 2026. Relatório de pesquisa divulgado em 27 ago. 2026. Disponível em: https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/08/QUAEST1ES2708.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.

QUAEST CONSULTORIA E PESQUISA. *Pesquisa de intenção de voto para o governo de Goiás* — 2026. Relatório de pesquisa divulgado em 27 ago. 2026. Disponível em: https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/08/QUAEST1GO2708.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.

QUAEST CONSULTORIA E PESQUISA. *Pesquisa de intenção de voto para o governo do Maranhão* — 2026. Relatório de pesquisa divulgado em 24 ago. 2026. Disponível em: https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/08/QUAEST1MA2408.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.

QUAEST CONSULTORIA E PESQUISA. *Pesquisa de intenção de voto para o governo de Mato Grosso* — 2026. Relatório de pesquisa divulgado em 25 ago. 2026. Disponível em: https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/08/QUAEST1MT2508.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.

QUAEST CONSULTORIA E PESQUISA. *Pesquisa de intenção de voto para o governo de Mato Grosso do Sul* — 2026. Relatório de pesquisa divulgado em 25 ago. 2026. Disponível em: https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/08/QUAEST1MS2508.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.

QUAEST CONSULTORIA E PESQUISA. *Pesquisa de intenção de voto para o governo de Minas Gerais* — 2026. Relatório de pesquisa divulgado em 25 ago. 2026. Disponível em: https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/08/QUAEST1MG2508.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.

QUAEST CONSULTORIA E PESQUISA. *Pesquisa de intenção de voto para o governo do Pará* — 2026. Relatório de pesquisa divulgado em 29 ago. 2026. Disponível em: https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/08/QUAEST1PAR012908.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.

QUAEST CONSULTORIA E PESQUISA. *Pesquisa de intenção de voto para o governo da Paraíba* — 2026. Relatório de pesquisa divulgado em 25 ago. 2026. Disponível em: https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/08/QUAEST1PB2508.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.

QUAEST CONSULTORIA E PESQUISA. *Pesquisa de intenção de voto para o governo do Paraná* — 2026. Relatório de pesquisa divulgado em 24 ago. 2026. Disponível em: https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/08/QUAEST1PR2408.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.
QUAEST CONSULTORIA E PESQUISA. *Pesquisa de intenção de voto para o governo de Pernambuco* — 2026. Relatório de pesquisa divulgado em 25 ago. 2026. Disponível em: https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/08/QUAEST1PE2508.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.
QUAEST CONSULTORIA E PESQUISA. *Pesquisa de intenção de voto para o governo do Rio de Janeiro* — 2026. Relatório de pesquisa divulgado em 25 ago. 2026. Disponível em: https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/08/QUAEST1RJ2508.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.
QUAEST CONSULTORIA E PESQUISA. *Pesquisa de intenção de voto para o governo do Rio Grande do Norte* — 2026. Relatório de pesquisa divulgado em 24 ago. 2026. Disponível em: https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/08/QUAEST1RN2408.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.
QUAEST CONSULTORIA E PESQUISA. *Pesquisa de intenção de voto para o governo do Rio Grande do Sul* — 2026. Relatório de pesquisa divulgado em 24 ago. 2026. Disponível em: https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/08/QUAEST1RS2408.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.
QUAEST CONSULTORIA E PESQUISA. *Pesquisa de intenção de voto para o governo de Rondônia* — 2026. Relatório de pesquisa divulgado em 25 ago. 2026. Disponível em: https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/08/QUAEST1RO2508.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.
QUAEST CONSULTORIA E PESQUISA. *Pesquisa de intenção de voto para o governo de Roraima* — 2026. Relatório de pesquisa divulgado em 27 ago. 2026. Disponível em: https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/08/QUAEST1RR2708.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.
QUAEST CONSULTORIA E PESQUISA. *Pesquisa de intenção de voto para o governo de Santa Catarina* — 2026. Relatório de pesquisa divulgado em 24 ago. 2026. Disponível em: https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/08/QUAEST1SC2408.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.
QUAEST CONSULTORIA E PESQUISA. *Pesquisa de intenção de voto para o governo de São Paulo* — 2026. Relatório de pesquisa divulgado em 25 ago. 2026. Disponível em: https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/08/QUAEST1SP2508.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.
QUAEST CONSULTORIA E PESQUISA. *Pesquisa de intenção de voto para o governo de Sergipe — 2026*. Relatório de pesquisa divulgado em 27 de agosto de 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/se/sergipe/eleicoes/2026/noticia/2026/08/28/quaest-em-se-veja-intencao-de-voto-para-governador-por-sexo-raca-idade-escolaridade-religiao-renda-e-identificacao-politica.ghtml. Acesso em: 9 set. 2026.
QUAEST CONSULTORIA E PESQUISA. *Pesquisa de intenção de voto para o governo do Tocantins* — 2026. Relatório de pesquisa divulgado em 25 ago. 2026. Disponível em: https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/08/QUAEST1TO2508.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). *Portal de Dados Abertos — Candidatos 2026: Proposta de Governo*. Brasília: TSE, 2026. Disponível em: https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/candidatos-2026. Acesso em: 31 ago. 2026.